

Este Informativo contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCE-RJ, relativas à área de **Pessoal**, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. Os enunciados procuram retratar o entendimento das deliberações das quais foram extraídos. As informações aqui apresentadas não constituem, todavia, resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente do TCE-RJ sobre a matéria. O objetivo é facilitar o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do TCE. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis.

PLENÁRIO

ACORDÃO Nº [169026/2022-PLENV](#)

Processo TCE-RJ nº 225.831-2/22

Relator: Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia

Plenário Virtual: 06/12/2022

PESSOAL. PENSÃO. INCAPACIDADE. INVALIDEZ. JUNTA MÉDICA. ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. COMPETÊNCIA.

A faculdade de decidir pela qualificação ou não da dependência pela incapacidade laboral da interessada como ensejadora de pensão por invalidez permanente até a data do óbito do servidor é tão somente de junta médica composta por quadro próprio do ente público, não sendo aceitável que laudo médico expedido por entidade privada terceirizada ou por seus empregados usurpe competência e responsabilidade única e exclusivamente atribuídas à Administração Pública – mesmo porque é desta o ônus de arcar com os pagamentos dos benefícios previdenciários assim concedidos.

ACORDÃO Nº [169429/2022-PLENV](#)

Processo TCE-RJ nº 209.006-3/22

Relatora: Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins

Plenário Virtual: 06/12/2022

PESSOAL. APOSENTADORIA. IRREGULARIDADE. SANEAMENTO. NEGATIVA DE REGISTRO.

Persistindo as irregularidades identificadas no ato de aposentadoria, após o oferecimento de diversas oportunidades ao jurisdicionado para que regularizasse as inconsistências verificadas, deve o Plenário desta Casa prolatar decisão pela recusa do registro, uma vez que este Tribunal não pode – e nem deve – ficar refém da eternização do feito com inúmeras e antieconômicas movimentações.

ACORDÃO Nº [169757/2022-PLENV](#)

Processo TCE-RJ nº 215.344-3/20

Relator: Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerrren

Plenário Virtual: 06/12/2022

PESSOAL. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. CONVÊNIO. INAPLICABILIDADE.

A contratação temporária tem por único escopo atender a necessidades urgentes, temporárias, de caráter emergencial e de excepcional interesse público e não para promover a flexibilidade na operacionalização de convênios e ajustes entre entes federativos.

ACORDÃO Nº [168579/2022-PLENV](#)

Processo TCE-RJ nº 104.894-0/22

Relator: Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia

Plenário virtual: 29/11/2022

PESSOAL. APOSENTADORIA. REENQUADRAMENTO. ESCOLARIDADE. NOMEAÇÃO DE PESSOAL. POSSE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CARGO EFETIVO. PROVENTOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. VPNI.

Diante da ausência de comprovação de que o interessado, no momento do ingresso no serviço público, possuía a escolaridade mínima para o cargo no qual foi enquadrado e aposentado, impõe-se o reenquadramento do ex-servidor no cargo de origem, ainda que extinto, pertencente a quadro suplementar do órgão, devendo as diferenças salariais ser incorporadas ao vencimento em parcela VPNI no contracheque, garantindo que não haja perda salarial.

ACORDÃO Nº [166942/2022-PLENV](#) 

Processo TCE-RJ nº 207.091-0/20

Relatora: Conselheira Marianna Montebello Willeman

Plenário Virtual: 21/11/2022

PESSOAL. APOSENTADORIA. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO. TEMPO DE INATIVIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE.

Qualquer norma que assegure ao servidor o direito de incorporar aos proventos da aposentadoria, no momento da passagem para a inatividade, vantagens percebidas por um determinado lapso temporal, não é compatível com a [EC nº 20/1998](#).

ACORDÃO Nº [166486/2022-PLENV](#) 

Processo TCE-RJ nº 204.628-0/21

Relatora: Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins

Plenário Virtual: 16/11/2022

PESSOAL. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. NÃO ENCAMINHAMENTO. FALTA GRAVE. SANÇÃO.

Age com culpa grave o responsável que não encaminha, no prazo legal, os contratos de pessoal por prazo determinado celebrados durante suas respectivas gestões, pelo que deve ser sancionado por esta Corte de Contas, nos termos do art. 63, inciso II, da [Lei Complementar Estadual nº 63/90](#).

ACORDÃO Nº [162576/2022-PLENV](#) 

Processo TCE-RJ nº 206.827-0/20

Relator: Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia

Plenário Virtual: 31/10/2022

PESSOAL. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE. CRITÉRIO. CONTROLE OBJETIVO. PROCEDIMENTO.

Na contratação de pessoal por prazo determinado, a violação ao princípio da impessoalidade não ocorre pela simples adoção de seleção de contratados por análise curricular, e sim por a escolha dos interessados não ser pautada em claros critérios objetivos, o que não permite o controle do procedimento de seleção por qualquer indivíduo, principalmente pelos candidatos envolvidos.

ACORDÃO Nº [158561/2022-PLENV](#) 

Processo TCE-RJ nº 225.579-3/17

Relatora: Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins

Plenário Virtual: 10/10/2022

PESSOAL. APOSENTADORIA. RECURSO. INTERPOSIÇÃO. UNIDADE JURISDICIONADA. TEMPESTIVIDADE. CRITÉRIO.

Quando o recurso contra decisão que negou registro a ato de aposentadoria for interposto junto ao próprio Instituto de Previdência dos servidores, não sendo protocolizado diretamente neste Tribunal, a verificação da tempestividade deve ser feita a partir da data da interposição da peça recursal junto à unidade jurisdicionada e não da data da remessa a esta Corte.

ACORDÃO Nº [157753/2022-PLENV](#) 

Processo TCE-RJ nº 200.103-3/18

Relator: Conselheiro-Substituto Christiano Lacerda Ghuerren

Plenário Virtual: 03/10/2022

PESSOAL. APOSENTADORIA. VPNI. INCLUSÃO. FIXAÇÃO DE PROVENTOS. REVISÃO DE PROVENTOS. CONTRACHEQUE.

É imprópria a inclusão dos pagamentos realizados por meio da rubrica Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI), tanto na apostila de fixação de proventos, quanto em ato de revisão, visto que tais instrumentos devem retratar uma realidade estática, formada a partir de uma estrutura estipendial permanente, constituída de parcelas definitivamente incorporadas por força de lei, ressalvando, contudo, a manutenção de seu pagamento sob esta nomenclatura, nos contracheques emitidos, até sua inteira absorção.

ELABORAÇÃO:

Subsecretaria das Sessões (SSE) | Serviço de Jurisprudência (SJU)
Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECG/TCE-RJ) | Biblioteca Sergio Cavaliere Filho (BBL)